

# DISCUTINDO A VIOLÊNCIA DE GÊNERO: ATUALIDADE x RETROCESSO

Antoniely Analia Pinheiro, Adria Andresa da Silva Lima, Brenda Gomes Dias, Gerlania Barboza Nunes, Kelany Moraes de Souza, Darlania Leandro Pinheiro

*Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras – FAFIC, [antonielypegado@hotmail.com](mailto:antonielypegado@hotmail.com);  
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras – FAFIC, [lima.adria1@gmail.com](mailto:lima.adria1@gmail.com); Faculdade  
de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras – FAFIC, [brenda\\_19cz@outlook.com](mailto:brenda_19cz@outlook.com); Faculdade de  
Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras – FAFIC, [gerlaniag@hotmail.com](mailto:gerlaniag@hotmail.com); Faculdade de Filosofia,  
Ciências e Letras de Cajazeiras – FAFIC, [kelanymorais@hotmail.com](mailto:kelanymorais@hotmail.com); Faculdade de Filosofia, Ciências  
e Letras de Cajazeiras – FAFIC, [darlaniapl@gmail.com](mailto:darlaniapl@gmail.com).*

## RESUMO:

O presente artigo irá discorrer sobre as relações de gênero enfocando as desigualdades sociais existentes entre homens e mulheres, numa sociedade onde os direitos são constantemente infringidos, principalmente os direitos das mulheres e das classes minoritárias (LGBTs), já que essas relações são construídas no decorrer do processo histórico de acordo com as necessidades que estão sendo postas, mediante a isto se faz necessário à presença de um profissional apto para entender a dinâmica rotativa da sociedade, contribuindo para melhorar, modificar e intervir em meio a esse processo tão robusto e que diariamente apresenta diversas necessidades/demandas ocorridas dentro desta “nova sociedade”, no qual o profissional do Serviço Social é o mais qualificado para fazer esta análise.

**PALAVRAS-CHAVE:** Relações de Gênero, Desigualdades Sociais, Lutas.

## ABSTRACT:

This article will discuss gender relations focusing on the social inequalities between men and women in a society where rights are constantly violated, especially the rights of women and minority classes (LGBT), since these relationships are built over the historical process according to the needs that are being put through to this is necessary the presence of a professional able to understand the rotational dynamics of society, helping improve, modify and intervene in the midst of this process as robust and dailyIt presents various needs / demands that occur within this "new society" in which the professional social work is the most qualified to do this analysis.

## KEYWORDS:

Gender Relations, Social Inequality, Fights.

## **INTRODUÇÃO**

O artigo presente discorrerá sobre as diversas formas de violência cometidas sobre as classes classificadas de gênero (LGBTs, mulheres, outros), a qual resulta de observações e pesquisa bibliográfica e documental no espaço de estágio em Serviço Social, advindas de denúncias junto ao Centro de Referência e Atendimento à mulher em situação de violência (CRAM) na cidade de Cajazeiras-PB. Neste sentido, pelo qual ainda não é reconhecida como uma classe que precisam ser compreendida e que seus direitos sejam adotados legalmente são pessoas que passam por violações a todo tempo e que essa realidade precisa ser mudada onde o profissional do Serviço Social se faz necessário nesse processo interventivo de garantia e viabilização dos direitos sociais.

### **Aspectos conceituais da violência de gênero no Brasil**

A sociedade brasileira foi desenvolvida em cima de um processo marxista, aonde todas as ações ligadas ao controle e/ou dominação estavam centradas na figura do homem, e a mulher deveria ficar submissa e desenvolver todas as tarefas ligadas ao interior familiar, ou seja, atividades direcionadas ao cuidar da casa e dos filhos.

Contudo com o decorrer dos anos a sociedade vai sendo formulada e/ou reinventada sobre novos propósitos, ideais, e exigindo respostas para cada época histórica e nisso a figura da mulher começa a ser “vista”, na inserção no mercado de trabalho e nas atividades ligadas ao cuidar, mas não eram tratadas igualmente aos homens, mesmo desenvolvendo trabalhos/funções iguais, e passava por situações bastante difíceis (abusos sexuais, horas exaustivas de trabalho, órgãos decapitados, filhos mortos, mulheres mortas, salários baixíssimos), tudo isso num espaço de subordinação e controle.

Em meados ao processo de industrialização houve diversas lutas/movimentos para a construção dos direitos das mulheres, principalmente daquelas inseridas na produção, sendo constituído em leis, contudo relevando mais os interesses capitalistas, do que da classe trabalhadora, pois no início foi implementado com o “ar de privilégio” e não com a concepção de direito, mas com o passar dos anos a sociedade foi se

conscientizando dos seus direitos e exigindo a constituição dos mesmos, tendo como marco inicial a Constituição de 1988.

Sendo assim, o processo das conquistas feministas perpassou por diversos momentos, cada um com o seu marco, surgindo inicialmente no início no final do século XVIII até meados do século XIX, onde o movimento/luta das mulheres tinha como ideia principal o igualitarismo entre homens e mulheres, supondo que os mesmos tinham os mesmos direitos e deveres na sociedade, contudo a prática era bastante diferente, pois se pautava em ações diversas vinculadas as diversas formas de desigualdades entre os gêneros, que se focava nos direitos políticos e civis das mulheres, tendo em vista que em diversos países elas não possuíam direito ao voto, o que diminuía/impedia a representação política das suas demandas e necessidades.

Na década de 1960, o movimento feminista centrou-se na ideia de diferença entre homens e mulheres, vendo que cada um possui suas necessidades, e com isso exige Políticas e Direitos “diferenciados” sobre a lógica da condição social biológica minorada frente aos homens e a masculinidade, uma perspectiva defendida por proposições de Shulamith Firestone, Gayle Rubin e Luce Irigaray, indo pela suposição de que as mulheres são radicalmente diferentes dos homens, e que para atingir-se a igualdade de gênero, seria necessário trabalhar com políticas e direitos “desiguais”, contudo essa linha de pensamento nada mais é do que uma reafirmação do processo de dominação da figura masculina como ser opressor das mulheres, reolocando a incapacidade da mulher em desenvolver atividades de caráter masculino.

Para Bruschini (1992): “as décadas de 1960 e 1970 demarcaram, em termos historiográficos, a passagem desde a história das mulheres (de orientação marxista, pautada mais na análise das classes sociais do que dos gêneros, na qual as interpretações eram mais descritivas do que causais, contudo, meritória por colocar as mulheres dentro da história) [...]”.

Com isso, o momento histórico dos séculos XVIII e XIX reafirmou e consolidou as diferenças de gênero a partir de pressupostos biológicos e naturais, que notoriamente propiciaram os discursos de sexualidade que é justamente onde ocorre a diferenciação dos sexos, num período histórico que favorecia os grandes feitos dos homens e marginalizava as atividades/ações que as mulheres realizavam. Na década subsequente houve um pós-estruturalismo nos ideais feministas, já que as

lutas/movimentos começaram a seguir uma nova orientação, voltadas a busca da igualdade na diferença, ou seja, perceberam que há diferenças entre homens e mulheres resultado de processos sociais complexos, e as categorias homens e mulheres não são uniformizadas, pois existem diferenças dentro do mesmo sexo, e que a opressão masculina existe de diversas formas e em várias circunstâncias que passa pela linha de gênero (raça, etnia, escolaridade, localidade, geracionais, econômicas, e dentre outras.), sendo assim, o movimento/luta feminista não é no singular, mas é reivindicada de diversas formas, mediante localidade, país e vários outros fatores, que vai além de estereótipos biológicos, que recoloca a questão das “opressões naturais” ocorridas entre os sexos, numa forma de desconstrução dessa ideia e ampliação dos questionamentos em volta da igualdade de gênero.

Em suma, os movimentos/lutas feministas passam por um longo processo de aprendizagem do real significado e importância de suas ações, conduzindo para a ideia de que a sociedade apresenta múltiplas posições diferenciadas e particulares, cada um com as suas demandas e necessidades situadas nas diversas ações políticas, remetidas a diversos fatores como: classe social, etnia, raça, religião, idade, sexualidade e religião particularizadas aos contextos locais, apresentando diversas formas de violência contra as mulheres e homens também, numa onda de questionamentos da universalidade do sujeito social, científico, moderno, masculino e feminino.

### **Mecanismos interventivos**

Tendo em vista e conhecimento dos movimentos/lutas históricas enraizadas pelas mulheres, houve um processo de grandes conquistas, porém remetidas a várias formas de opressão de caráter punitivo e violento, que tachava e ridicularizava muitas mulheres perante a sociedade, e os ditames colocados como “certos” em cada época, contudo isso não intimidou as mulheres, que a cada momento histórico que iria se apresentando, ia tendo mais conhecimento e faziam mais exigências que seus direitos fossem consolidados, sobrepondo linhas de pensamentos equivocadas que reafirmavam o domínio do homem sobre a mulher, até chegar ao ponto de consolidar direitos, dentre eles estão: O Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, que passou e passará por diversas transformações ao longo das transformações societárias, onde apresentará novas necessidades e demandas das mulheres na sociedade vigente; A Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha é um dos mecanismos de combate

e enfrentamento à violência contra as mulheres, resultante de diversas lutas feministas e de exigências de âmbito internacional; As Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher – DEAM; Os Centros de Referência e Atendimento à Mulher – CRAM, e tantos outros mecanismos interventivos, que juntos se interligam e dão assistência as mulheres em situação de violência.

Mesmo com todo o aparato que se tem hoje em torno da mulher, percebe-se constantemente uma necessidade de reavaliação e aprimoramentos dos mecanismos interventivos, tendo em vista que a violência contra as mulheres ainda está tentando sobrepor à linha da naturalização.

### **O Assistente Social frente à Política de gênero**

Diante do processo tão complexo de consolidação e efetivação dos direitos das mulheres e das classes minoritárias, se faz necessário à intervenção de um profissional apto a entender a dinâmica da sociedade em suas diversas faces e transformações históricas, que apresentam consigo sempre “novas demandas e necessidades” frente à ordem vigente na concretização dos direitos e das melhorias interventivas.

### **Conclusão**

Diante da pesquisa, podemos fazer uma análise sobre a Política de gênero na sua linha de direito, concessão de saberes e interesses, e seus reais pontos interventivos, fazendo um contraponto entre o processo inicial de construção dos direitos mediante as lutas feministas, e atualmente o processo de concretização dos direitos das mulheres, numa sociedade constantemente sendo arrastada aos princípios estruturais e organizacionais de sua constituição, tendo mais um desmonte e desconcretização dos direitos tidos como essenciais do que uma melhoria nos direitos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SOUZA, Vanessa Bezerra de. **Gênero, marxismo e Serviço Social**. Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasília – DF, ano 14, n.27, p.13-31, jan./jun. 2014.

LISBOA, Teresa Kleba. **Violência de gênero, Políticas Públicas para o seu enfrentamento e o papel do Serviço Social**. Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasília – DF, ano 14, n.27, p.33-56, jan./jun. 2014.